

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ**

**CONCORRÊNCIA Nº 02/2025**

**C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.767.694/0001-85, com sede na Rua Professora Maria Emília Esteves, nº 72, Sobreloja, Sala 03 – Centro – São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP: 25.780-000, vem à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021 e cláusula 12.3. do edital, interpor o presente:

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**1) DA EXISTÊNCIA DE RECURSO ANTERIOR JÁ PROTOCOLADO –  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7454/2025**

A Recorrente informa que já apresentou **recurso administrativo prévio** em face de sua inabilitação, protocolado por meio do sistema **FlowDocs**, registrado no **Processo Administrativo nº 7.454/2025**, cuja tramitação ainda está pendente de conclusão.

Referido recurso foi admitido, conforme manifestação jurídica do advogado do Município, que determinou diligência à Comissão de Licitação para que fossem juntadas as decisões administrativas que fundamentaram as inabilitações e a abertura para complementação documental.

Posteriormente, a Chefia da Divisão de Licitações manifestou-se contrariamente ao recebimento do recurso fora da plataforma BLL, alegando ofensa à publicidade e à transparência, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021. Todavia, reiterou-se nos autos que a situação ainda aguarda novo parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município.

**2) DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO EDITALÍCIA DA CARTA DE PREPOSTO NA  
FASE DE HABILITAÇÃO:**

A inabilitação da Recorrente decorreu **exclusivamente** da ausência de apresentação da “Carta de Preposição”, prevista no item 7.7 do edital, que assim dispõe:

**“7.7. Apresentar declarações conforme Anexo 14 – Modelo de Carta de Preposição.”**

## ANEXO 14 – MODELO DE CARTA DE PROPOSTA

A empresa (Nome da Empresa), com sede na (Nome da Rua) , nº , (bairro) (Cidade) – (UF), inscrita no CNPJ nº (XXXXXXXXXX), representada pelo seu Sócio administrador (Nome), (nacionalidade), (estado Civil), (profissão), inscrito no CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na (Nome da Rua) , nº , (bairro) (Cidade) – (UF), nomeia (Nome), (nacionalidade), (estado Civil), (profissão) inscrita no (CREA/RJ sob o nº XXXXXXXX CASO POSSUA) e no CPF sob o nº XXXXXXXXXX, com residência na (Nome da Rua) , nº , (bairro) (Cidade) – (UF), **para representá-la na qualidade de preposto, junto ao MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO no que se refere ao Processo Administrativo nº xxxx/2025, Edital CONCORRÊNCIA nº xxx/2025,** tendo por objeto a construção da  
xx  
no Município de São José do Vale do Rio Preto, visando cumprir o determinado no do Edital supracitado.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em XX de XXXXX de 2025.

(NOME DA EMPRESA)  
Representante CPF

Conforme se infere do modelo de carta de preposição, o objetivo da nomeação do preposto está claro naquele modelo, qual seja:

“(…) para representá-la na qualidade de preposto, junto ao MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO no que se refere ao Processo Administrativo nº xxxx/2025, Edital CONCORRÊNCIA nº xxx/2025” (...) (q.n.)”

Assim, **resta bastante claro que a indicação de preposto tem por objetivo a nomeação de representante da empresa licitante para participar do certamente licitatório**, em que pese tratar-se de plataforma *on line* na qual é realizada o prévio cadastramento ocorre mediante senha e outros requisitos de segurança.

No caso em tela, conforme documento constante nos autos (contrato social da Recorrente), observa-se que a empresa recorrente **é constituída como Sociedade Empresária Limitada UNIPESSOAL**, sendo único sócio o Sr. **Carlos Antônio Miranda Pacheco**:

## DO SÓCIO

O sócio desta sociedade empresária unipessoal é: CARLOS ANTONIO MIRANDA PACHECO.

Outrossim, evidentemente, cabe a este sócio a administração exclusiva da empresa:

## DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade caberá exclusivamente ao sócio único, CARLOS ANTONIO MIRANDA PACHECO, que exercerá todos os poderes e atribuições necessárias para a gestão do negócio, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

De acordo com o registro da plataforma bll.org, foi **o PRÓPRIO SÓCIO QUEM ACESSOU E ATUOU NA PLATAFORMA BLL.ORG**, conforme registro da sessão no sistema, de forma autenticada e regular. Sendo assim, **não há qualquer necessidade lógica ou jurídica de outorgar a si mesmo poderes como preposto de sua própria empresa, repita-se: UNIPESSOAL**. Vide a informação da plataforma:

The screenshot displays the Bll.org platform interface. At the top, there is a navigation bar with the Bll logo and links for 'Processos', 'Configurações do participante', and 'Banco de conteúdos'. The user profile 'CARLOS' is visible in the top right corner. Below the navigation bar, there is a table with columns for 'PROMOTOR', 'Nº EDITAL', 'CIDADE', 'MODALIDADE', 'SITUAÇÃO', 'INÍCIO', and 'FIM'. The table lists two processes for 'MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO'. To the right of the table, there is a sidebar with a list of links: 'Suporte', 'Suporte Remoto', 'Perfis', 'Dados Pessoais', 'Alterar senha', 'Sessões Ativas', and 'Acesso Público'.

PROMOTOR	Nº EDITAL	CIDADE	MODALIDADE	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	02/2025	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	HABILITAÇÃO	27/05/2025 09:30	27/05/2025 10:00
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	01/2025	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	HOMOLOGADO	10/04/2025 09:30	10/04/2025 10:00

**Logo, por obviedade, não cabe, portanto, que o proprietário da empresa nomeie a si próprio como representante de sua própria empresa**, de modo que o modelo de carta de preposto deve ser utilizado para os licitantes que participem através de representantes que não sejam o proprietário da empresa licitante.

A exigência de carta de preposição **somente se justifica quando a empresa é representada por terceiro**, situação que não se verifica no presente caso.

De outro giro, é importante também esclarecer que **há uma interpretação equivocada da comissão de licitação quanto a figura do preposto**, havendo uma confusão quanto ao momento da participação deste no procedimento licitatório e contratual, que são dois momentos completamente distintos.

O primeiro caso de participação do preposto, consiste na fase de habilitação, quando a empresa é representada por terceiro durante o processo seletivo de escolha das propostas, conforme já bem esclarecido, o que não se aplica a empresa Recorrente.

Por sua vez, o segundo caso se refere a participação do preposto **na fase contratual**, conforme prevê a cláusula 9 do edital, que assim dispõe:

## 9. DO CONTRATO

9.1. A firma **deverá no ato da assinatura do contrato** apresentar por escrito o preposto da empresa.

Inclusive, o anexo 9 – referente a minuta de contrato, possui previsão no mesmo sentido:

### CLÁUSULA NONA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. **Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.**

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

As referidas cláusulas visam cumprir o que dispõe o art. 118 da Lei 14.133/2021, que define que o contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, **para representá-lo na execução do contrato**. O preposto é o responsável pela orientação da conduta do pessoal terceirizado, devendo os integrantes do órgão ou entidade contratante absterem-se de conduzir diretamente os empregados terceirizados.

O dispositivo acima mostra que a figura do preposto no canteiro de obras se mostra necessário com vistas a evitar, inclusive para evitar vínculo empregatícios entre a administração e os empregados, o que, portanto, difere da figura do representante do licitante no curso da licitação.

**A pregoeira, inclusive, em manifestação no processo administrativo nº 7.454/2025, reconheceu a função do preposto como elo na fase de execução do contrato, reforçando a confusão conceitual e temporal cometida pela Comissão. Vejamos:**

*“Ressalta-se, ainda, que a figura do preposto **em obra é de fundamental importância**, uma vez que ele atua como elo direto entre a contratada e a fiscalização, sendo responsável pelo acompanhamento diário dos serviços, pelo cumprimento das orientações técnicas e contratuais, além de responder prontamente a eventuais demandas ou ocorrências no canteiro de obras. Sua presença assegura maior controle, agilidade na tomada de decisões e alinhamento com os objetivos **da execução contratual**.”*

Neste sentido, vide Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União:

*“Acórdão 1.382/2009-TCU- Plenário: em contratações de serviços terceirizados, a Administração deve exigir da empresa contratada preposto **para representá-la na execução do contrato**, posto que, de modo contrário, pode-se caracterizar subordinação direta entre os empregados da contratada e a Administração contratante (TCU, 2009).” (g.n.)*

Por fim, destaca-se que a **Recorrente** já foi contratada pelo Município em **2024**, mediante a **Concorrência nº 06/2024 – Execução de Nova Rede Elétrica, SEM A EXIGÊNCIA DA REFERIDA CARTA DE PREPOSIÇÃO NA FASE DE HABILITAÇÃO**, o que demonstra de forma cabal a inconsistência na interpretação atual deste requisito.

### **3) DA ILEGALIDADE DA REABERTURA DE PRAZO PARA JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS – VIOLAÇÃO AO ART. 64 DA LEI Nº 14.133/2021**

A decisão da Comissão de Licitação de **autorizar a juntada de novos documentos por licitantes inabilitados** constitui medida claramente **ilegal**, na medida em que **não se trata de mera regularização de falha formal** sanável nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

Ocorre que tal dispositivo autoriza apenas o **saneamento de falhas formais**, o que está **muito distante das múltiplas e graves omissões documentais constatadas pela própria Administração** nos pareceres técnicos e contábeis.

Para além da C. Pacheco, que foi inabilitada **exclusivamente** por suposta ausência da Carta de Preposição (item 7.7 do Edital), as demais empresas deixaram de apresentar: **Propostas e planilhas obrigatórias (itens 3, 4.2 e Anexo 10); Atestados técnicos essenciais (item 7.5.8); Comprovação de capacidade contábil mínima; Balanços, DREs, termos de livro diário, certidões fiscais e negativas diversas; Registros em CREA/CAU e declarações obrigatórias do edital.**

Não se trata, pois, de vícios meramente formais ou erros materiais passíveis de complementação — mas sim de falhas **substanciais e insanáveis**, conforme reiteradamente apontado nos próprios pareceres administrativos.

Ao permitir que essas empresas “completem” documentos essenciais **após a fase de habilitação e sem terem manifestado intenção de recorrer previamente**, a Comissão **reabre indevidamente a fase de habilitação**, em flagrante violação ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, ao **dever de igualdade** entre os licitantes e aos próprios **limites do art. 64**.

Importante destacar que a **própria Administração, ao justificar as inabilitações**, reconheceu a extensão e a gravidade das omissões, listando-as de forma pormenorizada — o que reforça a impossibilidade de posterior suprimimento.

#### **4) DA HABILITAÇÃO INDEVIDA DA EMPRESA COSTA E FREITAS CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

No dia 06/06/2025 foi publicada a informação de que a empresa **Costa e Freitas Construção Comércio e Serviços Ltda** havia sido habilitada para prosseguir no certame.

Entretanto, segundo consta expressamente em ata e registros oficiais, essa empresa havia sido **inabilitada por ausência de: Carta de Preposição (item 7.7 do edital); Demonstrativo de Composição do BDI e Memória de Cálculo, em desacordo com o Anexo 10 do Edital.**

Ocorre que tais documentos **não são meros complementos formais, mas partes integrantes da proposta técnica e de preços, sendo imprescindíveis para análise do mérito da proposta**. Sua ausência, portanto, vicia de nulidade absoluta a proposta da empresa habilitada.

Além disso, é importante destacar que **não é juridicamente admissível considerar tais documentos como passíveis de complementação**, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

*“Art. 64. Na fase de habilitação, não serão admitidas:*

*(...)*

*II – a substituição ou a complementação de documento não apresentado, **exceto para sanar erros formais que não alterem a substância das informações.**”*

Ou seja, **não é possível apresentar o Demonstrativo de Composição do BDI e a Memória de Cálculo após a fase de propostas**, pois se tratam de documentos que **formam o conteúdo essencial da proposta técnica**, e não de documentos formais ou instrumentais. Admitir o contrário **viola frontalmente o princípio da isonomia**, uma vez que empresas como a ora Recorrente, que apresentaram toda a documentação no prazo devido, foram inabilitadas por formalismo excessivo e errôneo.

Logo, a **habilitação da empresa Costa e Freitas** foi realizada em **desconformidade com o edital e com a legislação vigente**, devendo ser **anulada**, com o **restabelecimento da legalidade e da isonomia entre os licitantes**.

A decisão de habilitar empresa que **não apresentou documentos essenciais no momento oportuno**, contrariando os termos expressos do edital e os precedentes administrativos da própria Comissão de Licitação, revela patente ilegalidade e quebra da segurança jurídica, **ainda mais grave quando se verifica que a Recorrente foi inabilitada por uma suposta omissão formal de documento cujo conteúdo, além de inócuo no caso concreto, que não foi exigido em certames anteriores com objeto semelhante promovidos por este Município.**

Dessa forma, impõe-se o **reconhecimento da nulidade do ato que reverteu a inabilitação da empresa Costa e Freitas Construção Comércio e Serviços Ltda**, por afronta direta aos princípios da **legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório** e da **moralidade administrativa**, conforme preconiza o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**Requer-se, pois, a imediata anulação da habilitação indevida**, com o consequente restabelecimento da regularidade e lisura do certame.

#### **5) DOS PEDIDOS:**

- a) O regular recebimento e processamento do presente recurso administrativo, com a **concessão de efeito suspensivo**, nos termos do **art. 168 da Lei nº 14.133/2021**, a fim de obstar o prosseguimento do certame enquanto perdurar a controvérsia sobre a habilitação dos licitantes;
- b) O **indeferimento da reabertura de prazo para complementação documental**, por configurar flagrante afronta ao **art. 64 da Lei nº 14.133/2021**, ao **princípio da vinculação ao edital** e à **isonomia entre os licitantes**;
- c) A **reconsideração da decisão que inabilitou a Recorrente**, com sua **imediata habilitação no certame**, diante da apresentação regular de todos os documentos essenciais, sendo inaplicável, no caso concreto, a exigência formal de carta de preposição;



- d) A **anulação da habilitação da empresa Costa e Freitas Construção Comércio e Serviços Ltda**, por descumprimento das exigências editalícias no momento oportuno, com o consequente **reconhecimento da Recorrente como única licitante habilitada** e, por consequência, vencedora do certame; e
- e) Caso não reconsiderada a decisão pela Comissão de Licitação, que seja o recurso **encaminhado à autoridade superior**, com a devida instrução e parecer jurídico, conforme dispõe o **parágrafo único do art. 168 da Lei nº 14.133/2021**, entendendo a Recorrente que goza de direito líquido e certo em prosseguir no certamente licitatório.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.  
São José do Vale do Rio Preto/RJ, 12 de junho de 2025.



Documento assinado digitalmente

CARLOS ANTONIO MIRANDA PACHECO

Data: 12/06/2025 15:00:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**C. PACHECO CONSTRUCOES LTDA.**